

Territórios negros urbanos em São Carlos-SP (Brasil) no Pós-abolição

Urban Black Territories in São Carlos - SP (Brazil) in Post-abolition

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-IAU

joanadarcoliveira@usp.br

ORCID - ID: 0000-0002-4122-0523

MARIA ANGELA P. C. S. BORTOLUCCI

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-IAU

mariacsb@sc.usp.br

ORCID - ID: 0000-0002-8237-1862

RESUMO

Analisa o processo de configuração dos territórios negros urbanos no pós-abolição no município de São Carlos-SP (Brasil) tendo como referência o bairro Vila Isabel e a trajetória e o espaço doméstico de Geralda Fermiano. A cidade foi uma das regiões que integrou o conjunto de municípios paulistas que teve a economia alicerçada na cafeicultura alavancada principalmente pelo trabalho escravo de homens e mulheres em meados do século XIX. O município contou com um número considerável de cativos desde o início de sua ocupação, passando de 1.568 no ano de 1874 para 3.725 em 1885. Com a abolição do sistema escravista em 1888, que resultou da luta, da atuação e da resistência dos abolicionistas, muitos deles negros livres e escravos, o espaço urbano se tornou *locus* de ocupação para grande parte desses sujeitos que optaram pela “vida nas cidades”. As leis e códigos de posturas que vigoravam no período tomaram para si, desde o fim da escravidão, o papel de expulsar, impedir e marginalizar a massa de libertos. Em São Carlos, uma das estratégias segregacionistas encampadas pelo Estado e pela sociedade civil, foi a criação de loteamentos nas franjas da área urbana que, não por acaso, abrigaram uma população pobre e majoritariamente negra, como é o caso da Vila Isabel. Nesses lugares, homens e mulheres negros criaram e recriaram seus territórios, trazendo para si a responsabilidade pela preservação, manutenção e transmissão de seus legados culturais. A partir do mapeamento e registro desses territórios o artigo explora importante referencial teórico, dialogando com autores como Hebe Mattos, Ana Lugão Rios, Eric Foner, Kimberlé Crenshaw, Sidney Chalhoub, Walter Fraga Filho, Simoni Guedes entre outros. Contribui para o processo de visibilidade, conhecimento e valorização do patrimônio cultural das populações negras do Brasil.

Palavras Chave: Territórios negros urbanos em São Carlos - São Paulo - Brasil. Pós-Abolição.

ABSTRACT

It analyses the process of configuration of urban black territories in post-abolition in the municipality of São Carlos-SP (Brazil) with reference to the Vila Isabel neighborhood and the trajectory and domestic space of Geralda Fermiano. The city was one of the regions that integrated the set of municipalities of São Paulo that had the economy based on coffee plantations, leveraged mainly by the slave labor of men and black women in the mid-nineteenth century. The municipality counted on a considerable number of captives from the beginning of its occupation, going from 1.568 in the year of 1874 to 3.725 in 1885. With the abolition of the slave system in 1888, that resulted mainly from the fight, the action and the resistance of abolitionists, many of them free blacks and slaves, urban space became the *locus* of occupation for most of these subjects who opted for "city life". The laws and codes of stances that prevailed in the period took upon themselves, from the end of slavery, the role of expelling, deterring, and marginalizing the mass of freedmen. In São Carlos, one of the segregationist strategies pursued by the State and civil society was the creation of subdivisions in the fringes of the urban area which, not by chance, housed a poor and mostly black population, as is the case of Vila Isabel and its resident Geralda Fermiano. In these places, black men and women created and recreated their territories, bringing responsibility for the preservation, maintenance and transmission of their knowledge and cultural legacies. From the mapping and registration of these territories, the article explores an important theoretical, dialoguing with authors such as, Hebe Mattos, Ana Lugão Rios, Eric Foner, Kimberlé Crenshaw, Sidney Chalhoub, Sidney Chalhoub, Walter Fraga Filho and Simoni Guedes among others. It contributes to the process of visibility, knowledge and appreciation of the cultural heritage of the black populations of Brazil.

Keywords: Urban Black Territories in São Carlos - São Paulo - Brazil. Post-Abolition.

1. INTRODUÇÃO

A participação de homens e mulheres negros no processo de desmonte da escravidão e de conquista da liberdade antes e depois da abolição da escravidão, promulgada oficialmente no ano de 1888 no Brasil¹, vem sendo recontada por análises historiográficas desde as duas últimas décadas do século XX e vem marcando uma reviravolta nas formas de ver e analisar o homem e a mulher negra. Desde então, paradigmas até então instituídos começaram a ruir, cedendo lugar para as análises que destacam, cada vez mais, a agência (*on agency*)² destes atores. Dentre os pesquisadores que influenciaram tal ruptura no Brasil, destacamos Emília Viotti da Costa, Robert Slenes, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Helena Machado, entre outros. Dessa forma, vieram à tona inúmeros dados em pesquisas que revelaram as estratégias de resistências elaboradas por homens e mulheres negros negligenciados pela história dita oficial. Essa nova conjectura analítica

1 O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão de africanos e seus descendentes.

2 O termo *on agency* foi usado por Walter Johnson, que destacou a importância do olhar crítico sobre o significado da agência escrava dentro de uma série de limites e prerrogativas inerentes ao sistema escravista, o que acabava culminando em ações possíveis nesse contexto, mas que não podem de maneira alguma serem ignoradas. Para saber mais ver o artigo, *On Agency* publicado pelo autor no *Journal of Social History* 37.1 (2003) 113-124.

acabou por promover uma série de questionamentos sobre as experiências de vida dos libertos no pós-abolição, tornando este tema um campo fértil de investigação. No Brasil, dentre os precursores que se embrenharam nesse desvelamento, destacamos Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Flávio Gomes, dentre outros.

A partir de então, começaram a surgir pesquisas centradas nos destinos dos libertos e, mais do que isso, preocupadas em revelar o olhar deste sujeito diante da liberdade vivenciada. Em 1988, para o caso dos Estados Unidos, foi lançado pelo historiador norte americano Eric Foner (1988) o livro “Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado” que enfatizou a atuação política dos libertos, analisando a resistência do trabalhador negro frente ao processo de proletarização, em vias de desenvolvimento. Para o autor a abolição da escravidão foi um processo revolucionário e suas consequências para os libertos elementos chaves para a compreensão das sociedades capitalistas:

Entre os processos revolucionários que transformaram o mundo do século XIX, nenhum foi tão dramático em suas consequências humanas ou teve implicações sociais tão profundas como a abolição da escravatura. Realizada por revolução negra, legislação ou guerra civil, a emancipação não apenas eliminou uma instituição em crescente antagonismo com a sensibilidade moral da época, como também introduziu questões difíceis acerca do sistema de organização econômica e de relações sociais que substituiria a escravidão (Foner, 1988).

Foner ainda destacou de forma pioneira que, depois do fim do sistema escravista, foram colocados novos desafios para os negros, tais como a conquista por direitos civis, acesso à terra, moradia, trabalho, educação, entre outros. Ele aponta que mesmo com a persistência da exploração do trabalho do negro e todas as medidas coercitivas em prol do seu adestramento, a emancipação representava, para os libertos, a principal linha divisória de suas vidas. Assim, não foram isoladas as realizações por parte destes atores em moldarem seus destinos de acordo com suas expectativas mesmo diante de tantas adversidades.

Neste caminho e olhando para o Brasil, Albuquerque (2010) destaca o quanto a historiografia vem desconstruindo cotidianamente a “*idéia de que os cativos e libertos viveram irremediavelmente subjugados e privados de qualquer poder de decisão sobre suas vidas*”. A autora coloca como fundamental para as análises do pós-abolição a abordagem da representação da liberdade para o ex-escravo. Este tipo de análise requer, segundo Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007), disposição para o enfrentamento direto aos desafios postos face ao silenciamento que se operou desde 1888. Segundo estes autores, é preciso que os olhares sejam direcionados para o cotidiano de marginalização, bem como para as estratégias de sobrevivência enfrentadas por homens e mulheres negros nos anos que se seguiram, considerando, o universo cultural que lhes conferiram inteligibilidade e densidade histórica e, também, os recortes de gênero, tendo em vista que para as mulheres negras os enfrentamentos foram e são muito mais complexos, como veremos na análise da trajetória de vida de Geralda Fermiano ao longo desse

trabalho. Segundo Kimberle Crenshaw, as mulheres negras precisam ser consideradas a partir do conceito de interseccionalidade que aborda diferenças dentro da diferença³.

Neste contexto, muitas questões ainda emergem em novas abordagens fazendo do Pós-Abolição um campo de investigação em permanente construção⁴, demonstrando que a liberdade conquistada no dia 13 de maio de 1888 não colocaria fim aos enfrentamentos sociais empreendidos por esses sujeitos. As insígnias de ex-escravos os acompanhariam estreitando seus caminhos e colocando obstáculos materiais e simbólicos⁵, na tentativa de dificultar ou impedir a construção e consolidação da liberdade. Porém, mesmo diante de tais adversidades colocadas pelo Estado e pela sociedade civil, estes homens e mulheres não mediram esforços para usufruir dos direitos de escolhas que agora lhes cabiam. Telles destaca em seu livro, “*Libertas entre sobrados (2014)*” que no pós-abolição a liberdade foi uma prerrogativa que homens e mulheres negros *ousaram não negociar*.

Vale salientarmos que um intenso debate tem sido travado em torno do recorte cronológico do pós-abolição suscitando muitas questões sobre a temporalidade que esse período abarca. Há visões que consideram o pós-abolição somente os anos imediatos ao fim da escravidão no Brasil ocorrida em maio de 1888, e outras, como as defendidas por Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, com as quais nos identificamos, que consideram o pós-abolição como um período contínuo de 1888 até os dias atuais.

Ao analisar o município de São Carlos constatamos que no último quartel do século XIX ele integrava o promissor Oeste Paulista no que tange à produção cafeeira e foi um dos municípios que utilizou a mão-de-obra escrava nas atividades rurais e urbanas. Com a proibição do tráfico de escravos transatlântico em 1850 os fazendeiros locais recorreram ao tráfico-interprovincial, tendo no Estado da Bahia seu maior mantenedor. Mesmo que já houvesse experiências com outras formas de trabalho, o negro escravizado foi fundamental para o funcionamento do sistema econômico e social do município. Emília Viotti da Costa (1998) afirma que a maioria das fazendas abertas no Oeste paulista, já pelos idos de 1860, continuou a usar escravos como a principal força de trabalho. Na mesma perspectiva, Warren Dean (1977) aponta que a convivência do trabalhador contratado e o escravo não impediu que o número de escravos aumentasse consideravelmente em Rio Claro, o que também pode ser observado em São Carlos, pois em 1874 o número de escravos

3 Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/07/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>.

4 Dentre os pesquisadores que se debruçaram sobre o pós-abolição e que serão usados no decorrer do trabalho, destacamos, Hebe Mattos, Martha Abreu, Flávio Gomes, Sidney Chalhoub, Lilia Moritz Schwarcz, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Walter Fraga Filho, George Reid Andrews, Rebeca Scott, Karl Monsma, entre outros.

5 Relacionamos o termo simbólico ao conceito de “poder simbólico” definido por Pierre Bourdieu, como aquele poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não sabem que estão a eles subordinados ou mesmo que o exercem. Um dos mecanismos de legitimação desse poder é o que o autor nomeia de violência simbólica que é o poder de impor, e mesmo de inculcar, instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, embora ignorados como tais, da realidade social. Para maiores detalhes ver: Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

era de 1.568 passando para 2.464 em 1877. Oito anos depois, de acordo com “Apuração Geral da População Escrava da Província de São Paulo” de 1885, São Carlos possuía um total de 3.725 escravos, sendo destes, 2.228 homens e 1.498 mulheres⁶.

Com a abolição do sistema escravista em 1888, que resultou principalmente da luta, da atuação e da resistência de abolicionistas, muitos deles negros livres e escravos, o espaço urbano se tornou *locus* de ocupação para grande parte desses sujeitos que optaram pela vida nas cidades. As leis e códigos de posturas que vigoravam no período tomaram para si, desde o fim da escravidão, o papel de expulsar, impedir e marginalizar a massa de libertos. Em São Carlos, uma das estratégias segregacionistas encampadas pelo Estado e pela sociedade civil, foi a criação de loteamentos nas franjas da área urbana que, não por acaso, abrigaram uma população pobre e negra, como a Vila Isabel e sua moradora Geralda Fermiano. Nesses lugares, homens e mulheres negros criaram e recriaram seus territórios, inclusive, absorvendo a responsabilidade pela preservação, manutenção e transmissão de seus saberes e legados culturais, ainda que fortemente apoiada na tradição oral. A partir do mapeamento e registro desses territórios, o artigo explora importante referencial teórico, dialogando com autores como Hebe Mattos, Ana Lugão Rios, Eric Foner, Kimberlé Crenshaw, Sidney Chalhoub, Walter Fraga Filho, Simoni Guedes entre outros. Contribuí, desse modo, para o processo de visibilidade, conhecimento e valorização desse patrimônio material e imaterial ao ampliar o conhecimento das populações negras no Brasil através do estudo de caso de um município do interior paulista.

2. O ESPAÇO URBANO NO PÓS-ABOLIÇÃO

Aparentemente possuidor de uma gama variada de atividades e serviços os núcleos urbanos das cidades brasileiras, ainda na vigência do período Imperial, atraíram muitos homens e mulheres negros que decidiram vivenciar a liberdade longe dos espaços rurais. Nesse período as condições de ocupação oferecidas eram determinadas pelas Câmaras Municipais que por meio de Códigos de Posturas estabeleciam as regras de organização e controle. Em São Carlos do Pinhal, de acordo com Renata Priore Lima (2008) de 1857 a 1929 a Câmara Municipal controlava a área urbana e sua expansão. Assim, como em muitas cidades do interior paulista, ainda nessa época as terras urbanas eram doadas ou concedidas a indivíduos que quisessem se estabelecer no município, desde que garantindo a concentração de terras com a elite agrária. Desse modo, em São Carlos, o acesso à terra se deu até fins do século XIX em grande parte por doação ou venda quando teve início os primeiros loteamentos comercializados. A nosso ver, estas ações foram uma resposta à abolição da escravidão, com o intuito de dificultar a inclusão do negro nas áreas urbanas centrais e ao mesmo tempo impedir que se tornassem proprietários de terras, fazendo com

6 Apuração Geral da População Escrava da Província de São Paulo, 1885. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

que permanecessem atrelados aos trabalhos e espaços de morar ofertados pelos antigos senhores. Ao optarem pela vivência no espaço urbano em São Carlos do Pinhal, homens e mulheres negros tiveram suas condutas orientadas pelo então vigente Código de Posturas de 1880.

Em 13 de maio de 1888 quando se deu a abolição da escravidão não existia ainda no perímetro urbano nenhum loteamento regularizado numa área compreendida de 274 hectares. Após 1888, mais precisamente de 1889 a 1893, houve um crescimento de quase 50% da área urbana que resultou na criação de quatro loteamentos passando a ter o perímetro urbano 364 hectares. Neste sentido, concordamos com Challoub (2012) ao apontar que a abolição da escravidão e a imigração europeia foram as grandes responsáveis pelo crescimento populacional dos núcleos urbanos no final do século XIX e início do XX no país. Em 23 de março de 1889 o primeiro loteamento urbano foi implantado em área de 16 hectares a leste da cidade, em terras de Joaquim Alves S. Nery, por essa razão denominado Vila Nery. Dois anos depois, em 1891 foi loteada a Chácara Mattos de propriedade do Major Manoel Antonio de Mattos, a qual recebeu o nome de Vila Pureza e estava localizada na região oeste do município onde posteriormente foi construída a Santa Casa⁷. O parcelamento da Chácara Mattos se deu por meio da venda de terras e por “doação” aos empregados em troca de trabalho. Sebastião Nunes (2013) que nasceu em 1927 em São Carlos na Vila Pureza, se recorda das histórias que seu pai José Nunes, ex-escravo de Mattos, lhe contava quando criança. Uma delas dizia respeito à Vila Pureza e ao pedaço de terra que seu pai recebeu do senhor Mattos.

Vila Pureza que era a Chácara do Mattos, ele deu um pedaço de terra pra cada um ali, depois que ele doou aquele terreno que não foi vendido, foi doado pra todo mundo montar uma casa. Era pra quem trabalhava na fazenda, então todo mundo tinha o seu rancho, um fazia num canto, outro fazia no outro. (NUNES, 2013)

Segundo Lima (2008, p. 65) *A Vila Pureza foi implanta em área de 27 hectares, tendo 380 lotes e uma praça central*. No mesmo ano, ou seja, em 1891, foi implantada a Vila Isabel, em terras de propriedade de Casimiro C. O. Guimarães em uma área rural afastada ao sul dos limites da cidade. Seu espaço era composto por 17 hectares que foram divididos em 10 datas e 16 quarteirões como nos aponta Ari Pinto das Neves (1984). Este autor também destaca a formação da Vila Prado por Leopoldo de Almeida Prado em 1893 com 58 hectares, cujos primeiros habitantes, em franca maioria eram ferroviários e seus familiares, decerto em função da proximidade com a Estação Ferroviária.

Paralela à implantação dos loteamentos, São Carlos do Pinhal vinha sendo dotada de alguns equipamentos urbanos, possíveis devido à riqueza gerada pela economia cafeeira e aos materiais e mão de obra especializada trazidos pela ferrovia.

7 A região onde foi construída a Santa Casa de São Carlos do Pinhal foi escolhida pelos dirigentes locais, por ser um lugar distante do perímetro central, ideal para abrigar os detentores de moléstias conforme podemos contatar no Almanaque Álbum de São Carlos de 1894.

Durante as últimas décadas do século passado e as primeiras do atual [século XX], São Carlos recebeu muitos melhoramentos em construções e serviços urbanos (...) que ampliaram em muito as condições de conforto e higiene da população (BORTOLUCCI, 1991, p.15).

A autora ainda destaca que foi implantado no município em 1886 o Matadouro Municipal, seguindo as normas estabelecidas no Código de Posturas Municipais⁸. Dois anos depois, em 1888, foi instalado o Lazareto, destinado ao isolamento compulsório dos indivíduos portadores de doenças contagiosas, como a lepra. Complementando as iniciativas destinadas à salubridade urbana, foi criado em 1890 o cemitério novo. É desnecessário dizer que boa parcela da motivação para esse conjunto de medidas tinha como alvo principal a massa de libertos que se dirigia para as cidades, se aglomerando em espaços coletivos, como moradias plurifamiliares e cortiços. Bortolucci (1991) ainda destaca que foi instalada a luz elétrica particular e pública em 1893, além de outras obras destinadas ao lazer e à cultura –o Teatro Ipiranga em 1892, o Jockey Club São-carlense em 1894, o Jardim da Matriz em 1894–, claramente direcionados às camadas mais favorecidas da população local, como no caso desse jardim que foi cercado em 1895 por um gradil de ferro, um costume comum na época, impondo materialmente e simbolicamente o distanciamento entre a elite local e os habitantes pobres⁹. Ainda em 1895 passaram a circular nas ruas da cidade, os bondes de tração animal, em 1889 foi instalado o abastecimento de água e os bondes elétricos chegaram em 1914. A autora ainda destaca que em 1890 e 1891 foram criadas três casas bancárias: casa bancária do Conde do Pinhal, banco União de São Carlos e banco São Carlos. Uma cidade que se desenvolvia e se sofisticava para atender apenas uma parcela privilegiada da população, procurando se valer de todos os meios disponíveis para manter o distanciamento necessário dos sujeitos considerados indesejáveis.

Assim, as transformações urbanas que fervilhavam neste período em São Carlos estavam diretamente ligadas, de acordo com nossa perspectiva, com as transformações sociais e políticas resultantes da abolição da escravidão e da imigração europeia sob a égide da cafeicultura e da decadência do Governo Imperial e subsequente Proclamação da República. Salientamos que foi neste cenário complexo, onde interagiam e divergiam saberes e fazeres culturais diversos, que foram registrados os primeiros conflitos envolvendo como vítimas ou réus homens e mulheres negros advindos da escravidão. Os meandros destas disputas, bem como as vivências, as sobrevivências e o cotidiano destes sujeitos ecoam registrados nas inúmeras páginas dos processos criminais instaurados no município.

8 O Código de Posturas do Município de 1886 incorporava no capítulo IV que determinava as regras de higiene e saúde pública, apresentava na primeira sessão normas para o funcionamento dos Matadouros e açougues, proibindo o abatimento de gado no município que não fosse realizado no Matadouro.

9 Em vários depoimentos que recolhemos ao longo da nossa pesquisa, muitos entrevistados falaram sobre a não entrada no Jardim Público, espaço que acreditavam não estar disponível a eles, negros e negras, moradores da cidade. Mesmo após a retirada das grades, como veremos em momento oportuno, o distanciamento simbólico se manteve.

Ao analisar essa documentação¹⁰ observamos o quanto a cor da pele no pós-abolição foi um elemento de inferiorização do indivíduo como destaca Maria Helena Machado (2012)¹¹, ao afirmar que a ciência no século XIX voltou a sua atenção para a análise do corpo negro, tentando provar que era biologicamente e fisicamente distinto e, portanto, racialmente inferior. Esse pensamento, que deu origem ao racismo científico, ganhou muitos adeptos no Brasil escravista e se estendeu ao pós-abolição como elemento legitimador para apartar os negros das camadas elitizadas e brancas da sociedade. As condutas e leis, por eles elaboradas, limitaram o ir e vir destes agentes que tiveram que elaborar uma série de estratégias para assegurar sua sobrevivência e driblar uma conjuntura tão adversa.

Uma das estratégias de resistências encontradas por essas populações foi na forma de ocupação dos bairros, Vila Nery, Vila Pureza e Vila Isabel, localizados nas franjas da cidade transformando seus espaços de moradias em territórios negros, *locus* de preservação e transmissão de seus saberes e práticas culturais.

3. A VILA ISABEL COMO TERRITÓRIO NEGRO DE RESISTÊNCIA

Conhecida na memória local como um bairro de negros, a Vila Isabel foi implantada em 1891 pelo senhor Casimiro Guimarães proprietário das terras, o qual, teria dado o nome de sua esposa ao loteamento. Existe, porém, outra versão sobre o surgimento desse bairro que se mantém viva na memória local e diz respeito à implantação espontânea por parte de ex-escravos que teriam ali se estabelecido informalmente com o fim da escravidão e dado o nome de Isabel ao bairro em homenagem à Princesa Isabel. De qualquer forma, o seu loteamento formal foi iniciado em 1891 e assim como outros bairros locais, nada sabemos sobre os primeiros habitantes do local.

Em 1907, de acordo com os dados obtidos no Recenseamento Populacional¹², 16 anos após sua implantação, a Vila Isabel abrigava 68 negros, sendo 41 mulheres, das quais 32 eram pretas e 9 mulatas. Os homens eram 27, sendo 22 pretos e 9 mulatos. Com relação à faixa etária, estes indivíduos estavam majoritariamente em idade produtiva e por mais que 22 deles fossem crianças em idade entre zero e nove anos, o restante era formado por uma parcela significativa de indivíduos em idade adulta. Destacamos que não havia nenhum morador com idade igual ou superior a 75 anos. Ao considerarmos somente os sujeitos em idade igual ou superior a 12 anos, constatamos na Vila Isabel o total de 26

10 Essa documentação é composta por processos criminais, instaurados em São Carlos do Pinhal, entre os anos de 1888 e 1910. Neles, negros e negras configuraram como vítimas e réus, denunciando os meandros do preconceito racial no município.

11 Machado, Maria Helena. Aula proferida na disciplina: Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela na Américas, USP, São Paulo, 09/10/2012.

12 Recenseamento Populacional de São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-memória de São Carlos, 1907.

indivíduos exercendo algum tipo de ocupação remunerada¹³. Dentre essas ocupações, os homens eram majoritariamente camaradas (indivíduo empregado em serviços avulsos nas fazendas)¹⁴ e as mulheres majoritariamente cozinheiras. Os homens eram 11 camaradas, 1 carpinteiro, 2 empregados, 1 lavrador e um pedreiro. As mulheres, 8 cozinheiras, 1 empregada e 1 vivandeira¹⁵. Assim como nos outros bairros retratados no referido censo a ocupação de camarada era a majoritária entre os homens, demonstrando que mesmo habitando no meio urbano eles ainda estavam ligados ao trabalho no meio rural exercendo atividades avulsas. Tal fato pode ser explicado por um interesse em exercer atividades não urbanas, privilegiando contatos e conhecimentos prévios, ou ainda devido à pequena oferta de serviços urbanos destinados aos homens negros, principalmente nas indústrias, em decorrência das teorias raciais que inferiorizaram os negros e de toda a construção social estereotipada sobre suas condutas, representando-os como ébrios, malandros e vadios. Em contrapartida, as mulheres estavam essencialmente ligadas às atividades domésticas executadas nas casas da elite são-carlense. Essa opção resultava, a nosso ver, pelo desejo de não exercer o trabalho pesado do campo, pelo conhecimento dos ofícios domésticos, que lhes eram tão familiares, e pela pequena oferta de trabalho oferecido no comércio e indústria às mulheres negras, da mesma forma que aos homens negros. Todavia agravando as oportunidades de emprego para essas mulheres negras, acrescenta-se o estereótipo, o indicativo de serem dadas à libertinagem, à prostituição e acusadas de aguçarem os desejos masculinos (Weimer, 2013). Destacamos que 61 % dos moradores negros deste bairro eram mulheres e grande parte delas não declararam ocupação, vivendo provavelmente de atividades informais, como apontou Dona Dirce (2011)¹⁶ ao relatar que *nunca teve carteira assinada na vida*. Com relação ao estado civil eram 39 indivíduos solteiros, sendo 16 homens e 23 mulheres, 25 casados, dos quais 11 eram homens e 14 eram mulheres e ainda 4 mulheres viúvas. Ao considerarmos apenas os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, tivemos o registro de 32, dos quais 29 eram proprietários, o que significava que 91% dos negros da Vila Isabel eram donos de imóveis no bairro ou em outra parte do município. O mesmo foi constatado na Vila Pureza, bairro e que o negro teve acesso a um pedaço de terra por meio da compra, da permuta, da doação ou da ocupação ilegal. De qualquer maneira, o negro era proprietário, contribuindo para acreditarmos que, nos casos em que conseguiu a compra da terra, ou ele saiu com certo pecúlio da escravidão, o que segundo Flávio Gomes (2006) não era incomum, ou o acumulou depois da abolição

13 Esse recorte analítico com relação a faixa etária foi empreendido por Osvaldo Truzzi e Maria Bassanezi no artigo População, grupos étnicos-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, 2009.

14 Definição do Dicionário Aurélio, disponível em: <https://www.pstu.org.br/em-busca-das-origens-da-palavra-camarad/>

15 De acordo com o dicionário “Dicio online da Língua Portuguesa”. Vivandeiras eram as mulheres que vendiam ou levavam mantimentos seguindo tropas. No contexto que estamos analisando, estamos certos de que se tratava de uma vendedora ambulante de alimentos.

16 Dirce Felício Gomes da Silva. Entrevista cedida a Joana D’Arc de Oliveira na casa da entrevistada na Vila Izabel. O espaço escolhido foi a sala. São Carlos, 2011.

com muita dedicação ao trabalho. Ressaltamos que os lotes nos bairros mais afastados do centro eram negociados a valores não muito altos e seus pagamentos eram facilitados, como nos indicou Dona Dirce (2011)¹⁷, moradora da Vila Isabel, que nos contou que seu sogro havia comprado as terras quando chegou a São Carlos porque *naquele tempo era barato*. Por fim, nos dados obtidos no Recenseamento Populacional de 1907, constatamos que os 68 moradores negros da Vila Isabel eram brasileiros dos quais apenas 12 sabiam ler, sendo 8 mulheres e 4 homens, confirmando que o acesso dos negros à educação formal não era facilitado.

Desse modo, foi natural que no Pós-Abolição esses bairros se transformassem em campo de atuação e apropriação territorial por parte desses indivíduos, que agiram de acordo com suas representações, crenças e saberes, onde os lotes emergiram como territórios negros plenos de práticas culturais altamente desqualificadas pelos brancos. Neste contexto, a casa e o quintal se tornaram espaços, *sine qua nom* para o bom funcionamento dessas práticas, como podemos perceber na história de vida de Geralda Fermiano da Silva, que se deslocando entre a cidade e o bairro, fez do seu espaço de moradia *locus* de resistência e preservação da sua cultura.

Geralda nasceu no dia 22 de junho de 1935 em Santa Eudóxia, distrito de São Carlos. Filha de Benedita Rosa Fermiano, natural de Limeira, e José Fermiano de Descalvado. Neta por parte de pai de Manoel Fermiano e Maria José Fermiano, ambos de Descalvado, e por parte de mãe de Maria Modesta da Conceição Vara e Lourenço Rosa, sendo ela natural de Limeira e ele do Rio de Janeiro.

Além de Geralda, Benedita e José tiveram mais sete filhos. Segundo Geralda (2010) *os pais se conheceram na fazenda Jacutinga no distrito de Santa Eudóxia, onde se casaram e depois mudaram para essas fazendaiadas*. Dentre as fazendas que moraram ela destacou Cintra, Michelangelo e Santo Antônio. A mobilidade espacial que marcou a trajetória da família Fermiano, também foi confirmada pelo irmão de Geralda, o senhor Francisco Fermiano (2014). Os motivos que levaram seus pais a mudarem constantemente, segundo ele, *pautavam-se na escravidão disfarçada que vigorava no país*, uma vez que muitos fazendeiros, nas primeiras décadas do século XX, ainda mantinham práticas exercidas durante a vigência do sistema escravista. *Os maus tratos dispensados aos trabalhadores e a substituição do dinheiro pela ordem*, foram alguns dos motivos, apontados por Francisco.

Eu alcancei a escravidão, era disfarçada, mas era escravidão. Escravidão era isso aqui, não existia dinheiro, existia uma tal de ordem, um papel. Quando ia gastar numa venda tinha que comprar só o que estava escrito no papel, se faltava outro alimento, não importava, tinha que comprar só o que estava escrito. Mas a gente não podia se virar, porque era castigado se arrumasse emprego em outra fazenda para completar os ganhos. Eu vi isso quando era molecão, muitos pais de família serem acorrentados por terem arrumado outro serviço (FERMINIANO, 2014).

17 Dirce Felício Gomes da Silva. Entrevista cedida a Joana D'Arc de Oliveira na casa da entrevistada na Vila Izabel. O espaço escolhido foi a sala. São Carlos, 2011.

Motivados pela busca de melhores condições de vida e pelo desejo em manter a autonomia conquistada, Benedita e José Fermiano mudaram com frequência de endereço e tiveram uma jornada dura de trabalho enquanto os filhos eram pequenos. Segundo Geralda (2010), seus pais eram meeiros nas fazendas e o que recebiam em dinheiro dependia, principalmente, de muita dedicação ao trabalho. Ao patrão que cedia a terra, cabia o retorno financeiro que consistia em metade do ganho total:

Meus pais plantavam e o armazém fornecia legumes para nós o ano inteiro e no final do ano nós pagávamos e era o patrão que fazia os negócios, então ficava metade para o patrão, então, o que sobrava da meia da gente, nós pagávamos o armazém e ainda sobrava um pouco (SILVA, 2010).



Figura 1. Geralda Fermiano da Silva, Vila Iza-bel, São Carlos. 2013. Foto Mateus Rosada.

A partir dos nove ou dez anos de idade os filhos começaram a trabalhar na roça com o pai, permitindo que Benedita se dedicasse somente às atividades da casa. Geralda foi para *a lida*, com *uns nove anos* de idade, momento em que a família morava e trabalhava como colonos na fazenda Santo Antônio, pertencente a Antônio Botelho e sua esposa Odete Maria. Além da atividade de colona, ela ainda se dedicava aos serviços da Casa Grande. A jornada de Geralda começava cedo, na roça, e se estendia até as 16h00, momento em que ela seguia para a casa dos patrões e, apesar do cansaço, destacou que gostava, pois, a patroa lhe ensinava muito.

Nós éramos da colônia de café. Nós apanhava o café, carpia, quando chegava o pagamento geral era no fim do ano também né. Então, eu trabalhava um pouco na roça com meu pai de colona, e depois eu ia pra fazenda quatro horas [da tarde] e oito horas da noite eu saía da fazenda, que eu trabalhava de empregada na fazenda, de noite lá. Eu tinha uns nove anos por aí. Nem fala de tão bons que eles eram. [se referindo aos patrões] Vichi! Quem me ensinou tudo lá da fazenda que não tinha escola era a patroa que me ensinou tudo, a patroa que ensinou o pouco que eu sei, foi ela que ensinou a bordar, fazer trabalho com lã, crochê, foi tudo ela (SILVA, 2010).

Na roça eu carpia mesmo, quando era tempo de apanhar, apanhava, rastelava, abanava, fazia tudo. Toda a família trabalhava. Só minha mãe não, minha mãe no café não trabalhava não, minha mãe trabalhava muito lá na Michelangelo no algodão, era meeira, mas era algodoeira, então lá minha mãe trabalhava bastante, lá no café não, nós já era mais grandinho então nós tomemos o lugar da minha mãe (SILVA, 2010).

Nas casas em que moraram nas fazendas, Geralda e seu irmão Francisco se recordam das paredes de tábua ou barro, do chão de terra batida, no qual a mãe *passava cinza e varria*, dos *banhos nas bacias* e da *fartura de comida que era feita pela mãe*.

As casas nas fazendas eram de tábuas, tinha as que eram de barro, põe as taquaras assim e bate o barro no meio, aquilo endurece de tal forma, que nem chuva não passa. Moremos em muita casa assim, no Monjolinho a casa era de barro e o chão de terra batida, passava cinza e depois varria. No Poção as casas eram de madeira, de tábua (FERMIANO, 2014).

Destacaram também, a preferência do pai por casas mais afastadas do núcleo da fazenda. Segundo Francisco (2014), *se a casa estivesse longe de tudo, no meio do mato, ali meu pai queria*, atribuindo a escolha do pai no desejo de ficar longe dos olhos e controle do patrão, tendo mais privacidade com a família, o que pode demonstrar que a preservação da liberdade era um pré-requisito considerado pelas famílias negras no pós-abolição.

Geralda, desde pequena assumiu para si os cuidados com a família e, nos momentos em que não estava trabalhando na roça ou casa do fazendeiro, ela ajudava sua mãe com os afazeres da casa, limpando, lavando e cuidando da irmã mais nova. Os momentos de lazer se reduziam aos bailes nas fazendas, nos sábados à noite, onde ia, sempre em companhia do irmão mais velho. Foi num desses bailes, realizado na fazenda Santo Antônio, que Geralda conheceu Antônio Vergelista da Silva, com quem namorou e se casou aos 19 anos de idade, no ano de 1954, quando ainda morava com os pais no sítio Nossa Senhora Aparecida, em Ibaté-SP. Depois de casada Geralda mudou com seu marido mas continuou a trabalhar na roça para contribuir com a renda familiar. Eles tiveram quatro filhos, três meninos e uma menina, e quando a caçula estava com nove meses de idade, no ano de 1963, seu marido *foi embora*. Indignado com a situação José Fermiano, pai de Geralda, foi buscá-la para morar com ele. Neste ano, o velho José já morava na pequena chácara da Vila Isabel, que tinha comprado do filho Francisco no ano de 1960. Foi neste espaço que Geralda construiu a maior parte de sua trajetória, criou e educou seus filhos à custa de muito trabalho. Ela mesma destacou, trabalhava *diariamente* e não tinha finais de semana.

Eu trabalhei diariamente, até agora, pouco tempo, eu trabalhei diariamente, aqui em São Carlos, eu trabalhei tanto na roça, quanto aí na [Fazenda da] Serra e de empregada também. Depois que eu saí de empregada, eu fui fazer faxina só (SILVA, 2010).

José Fermiano, pai de Geralda, que costumava locar a casa de madeira para aumentar a renda da família, não pensou duas vezes em desocupar uma parte dela e abrir mão de um dos aluguéis, para abrigar a filha e os netos desamparados, demonstrando que a preocupação com a família estava acima de interesses financeiros, costume comum encontrado por Simoni Guedes na análise dos **quintais**.

(...) é muito importante observarmos que a ocupação ou posse deste terreno não é concebida como um valor de troca, mas em termos do seu valor de uso, ou seja, trata-se

claramente de uma escolha que atualiza princípios de ordenação sociocultural específicos. Os resultados econômicos poderiam ser obtidos de outras formas: alugando ou arrendando tais espaços. Mas esta não é, absolutamente, a alternativa escolhida (GUEDES, 1998, p. 199).

Depois de aproximadamente 14 anos morando no corpo principal da casinha de madeira, o quarto de aluguel foi desativado e Geralda passou a ocupar o imóvel todo, transformando o espaço em sala de visitas. Vale destacarmos, que até o ano de 1983, todos os moradores do lote usavam a fossa que existia no fundo do quintal, pois não havia banheiro em nenhum dos imóveis. Vanda da Silva, a filha de Geralda e atualmente com 52 anos, tinha nove meses quando chegou à Vila Isabel com sua mãe. Ela recorda que estava com 20 anos de idade quando a família construiu o banheiro localizado entre as duas casas existentes no canto esquerdo do lote.

Assim como os demais moradores do bairro, Geralda não possuía muitas relações com os vizinhos. Para além das dificuldades já detectadas nas relações de vizinhança, Geralda não dispunha de tempo livre, *pois saía bem cedo e voltava só a noite do trabalho*, depois que chegava era a hora de cuidar dos afazeres da casa, *fazia pão no forno a lenha, lavava as roupas de escola das crianças*. Com tanto trabalho, não sobrava tempo para conversas e para nenhum tipo de lazer, segundo ela, *nunca tive regalia de passear*. Seu cotidiano se restringia ao trabalho, aos cuidados dos filhos e de sua mãe. Dona Benedita veio morar no *Barraco da Gegê*¹⁸ em 1975, quando seu marido faleceu, deixando a casa principal para os filhos mais velhos. Dona Benedita retribuiu o apoio que sempre recebeu de Geralda, cuidando dos netos, enquanto ela cumpria sua árdua jornada de trabalho.



Figura 2. Barraco da Gegê. Vila Isabel. São Carlos, 2013. Foto Mateus Rosada.

18 O nome “Barraco da Gegê” foi carinhosamente atribuído à casinha de madeira pelos filhos de Geralda, a qual, além de abrigar a família funcionou como espaço de proteção e liberdade para a família.

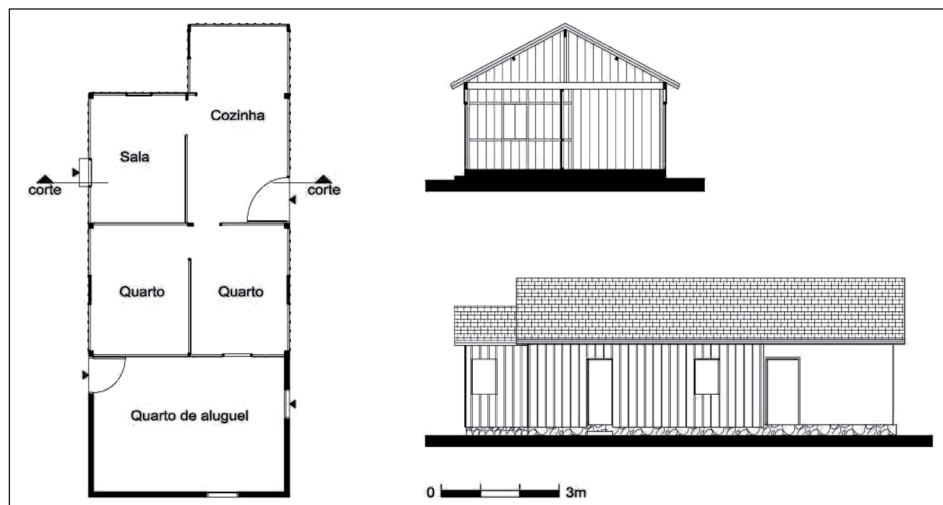


Figura 3. Planta baixa e cortes do Barraco da Gegê. Desenho Mateus Rosada, adaptações, Rodrigo Sartori Jabur, 2013.

Depois de 40 anos morando na casinha de madeira, *Barraco da Gegê*, Geralda se mudou completamente insatisfeita e contrariada para a casa principal, reformada para recebê-la. O processo de adaptação foi lento e sofrido, pois, ela insistia em passar o dia na casa nova e dormir no *Barraco*. Depois de uma forte investida da filha Vanda, ela decidiu não dormir mais na casinha, porém, durante o dia, assim que terminava os afazeres da casa, ia para lá, reviver os momentos felizes que ali passou. Se referindo ao *Barraco*, ela enfatizou que foi *bom demais* quando lá morou, pois lá *tinha seus filhos juntos, unido* (SILVA, 2010).

Além da forte relação com a casa em que viveu a maior parte de sua vida, Geralda fez e faz questão em *manter por perto os seus*, dando teto e apoio aos que mais precisam. Com ela, ainda hoje, moram filhos e netos que respeitam as regras e ordens estabelecidas para o bom funcionamento do espaço familiar, concretizado no **quintal** que abriga as casas e suas subdivisões feitas para atender às necessidades dos familiares.

Nóis não gosta de deixar os outros esparramados, agora se for, pode morar até longe, mas que esteja unido na família, uma hora que quer ir lá vai, quem quer vim aqui vem, mas assim da família, da família mesmo, da casa, nós não quer ver assim jogado não (SILVA, 2010).

Os momentos de lazer dos Fermiano também se restringiam às festas realizadas no **quintal**, principalmente com a família, porém, caso alguém de fora ali chegasse, também era bem-vindo. *As festas a gente fazia aqui em família, os outros estranhos às vezes vinham e nós não fazia desfeita, entrava também né, mas a gente fazia a festa em família*

(SILVA, 2010). Fora as festas, Geralda e seus filhos não tinham outros momentos de lazer, o que demonstra que ela teve uma trajetória marcada exclusivamente pela dedicação ao trabalho e aos cuidados a todos que estavam ao seu redor.

Ao falar sobre crenças e religião, assim como a maioria dos entrevistados, Geralda destacou ser devota de Nossa Senhora Aparecida, mas ao contrário dos demais, assumiu também crer em entidades da umbanda e orixás do candomblé, demonstrando que sua fé estava pautada num sincretismo religioso. Vagner Gonçalves da Silva destaca em seu livro “Candomblé e Umbanda” que o sincretismo religioso emergiu, para a população negra, como um ato de resistência. Sempre resistindo, Geralda afirmou ainda, que quando chegou ao bairro, se dedicava ao candomblé e fazia reuniões semanais em sua casa, sofrendo muito preconceito de outros moradores e, inclusive, perseguição policial, o que a levou a continuar praticando a religião em extremo sigilo. Mesmo depois de muitos anos, ela ainda se recorda do incidente com o policial, o qual frequentou um dos cultos e se arvorou no direito de destruir seu imóvel, caso ela continuasse com tais práticas. Vale lembrarmos, que o exercício das religiões de cunho africano, era proibido na vigência da escravidão e, assim se manteve, no pós-abolição, com o objetivo de apartar os negros da sociedade e desvalorizar suas crenças e manifestações culturais. No livro “Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX” João José Reis trouxe à tona uma série de ações policiais empreendidas contra Domingos, acusado de praticar curandeirismo. Era por meio da nomeação de curandeirismo que as crenças e práticas de cunho africano foram perseguidas e duramente punidas no Brasil. A nosso ver, essas proibições foram em grande medida as responsáveis pela transformação do **quintal** em reduto de manifestação e preservação da cultura negra.

O desejo em manter familiares e parentes no mesmo lote urbano, que observamos ao longo de nossas pesquisas, e que se configura no **quintal** analisado por Simoni Guedes, pode ser explicado, a nosso ver, como uma resposta à falta de poder que o escravo possuía sobre a manutenção de sua família na vigência do sistema escravista. Francisco Fermiano, irmão de Geralda, afirmou ter ouvido de seu avô Mané Fermiano, escravo na Fazenda Mata Negra, que um dos principais horrores da escravidão *era a venda dos filhos das negras para outros fazendeiros de longe e não tinha querer, se o senhor cismava em vender, ele vendia, o pai e a mãe não podia segurar* (FERMIANO, 2014). Com a conquista da liberdade no pós-abolição, o negro, além de prezar pelo direito de ir e vir, como destaca Walter Fraga Filho (2009), mantinha a todo e qualquer custo, a união dos laços familiares, desconsiderados e desfeitos no período da escravidão e que agora podiam ser mantidos, preservados e protegidos.

Geralda Fermiano, assim como grande parte das mulheres negras no pós-abolição, que interseccionam em seus corpos, gênero e cor, e sofrem portanto duplamente, como nos sugere Kimberlé Crenshaw (2014), por serem mulheres e negras, dedicou-se a longas jornadas de trabalhos em atividades majoritariamente informais, foi mãe solo com dedicação integral para garantir o sustento e a educação dos filhos, não teve acesso a educação

formal e nem a espaços culturais, pouco deslocou-se pela região central da cidade, espaço que alegou, não ser feito para gente como ela. Sua trajetória foi, portanto, marcada essencialmente por resistência, labuta e fé.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber por meio dos documentos analisados e dos autores com os quais dialogamos ao longo do artigo, o espaço urbano do final do século XIX e início do XX, configurou-se como *locus* para a materialização de uma cultura urbana europeia, adversa aos comportamentos, crenças e costumes ligados à cultura negra. Nessa conjuntura o Estado Republicano e a sociedade civil uniram-se com o objetivo de excluir do convívio social, aqueles sujeitos considerados desajustados socialmente, o que acabava recaindo principalmente sobre homens e mulheres negros detentores de culturas e modos de vida diversos e distintos daqueles considerados normais e moralmente aceitos. Diante de tantas adversidades, esses sujeitos elaboraram uma série de estratégias de resistências para se apropriarem desses territórios. Vimos, a partir da história de vida de Geralda Fermiano, a importância da casa e do **quintal** que, congregando a casa principal e demais moradias destinadas principalmente aos filhos, despontou como principal território negro de resistência, onde as manifestações, crenças culturais e religiosas, proibidas na rua, puderam concretizar-se, ainda que ameaçados sob o olhar vigilante de vizinhos e da polícia local. De qualquer modo, foi neste território de resistência, da casa e do **quintal**, que a cultura negra encontrou espaço para sua realização, preservação e transmissão aos mais jovens.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>, p. 99. 2010.
- BORTOLUCCI, Maria Ângela. *Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro*. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/205993595/Interseccionalidade-da-discriminacao-entre-raca-e-genero-Kimberle-Cranshaw>, 2014.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977*.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- GUEDES, Simoni L. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, nº29, p. 189-208, 1998.
- GOMES, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). *Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- (et al.) *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LIMA, Renata Priore. *Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)*. São Carlos: Edufscar, 2008.
- MATTOS Debora M. e FORNAZARI Sandro K. *A lepra no Brasil: representações e práticas de poder*. Cadernos de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo 6, 45-57, 2005.
- NEVES, Ary Pinto das. *São Carlos na esteira do tempo*. São Carlos: s/e, 1984. (Álbum comemorativo do Centenário da Ferrovia).
- OLIVEIRA, Joana D’Arc de. *Da senzala para onde? negros e negras no pós-abolição em São Carlos-SP (1880-1910)*. Tese (Doutorado). São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- TELLES, Lorena Feres da Silva. *Libertas Entre Sobrados - Mulheres Negras e Trabalho Doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2014
- TRUZZI, Oswaldo. BASSANEZI, Maria. População, grupos étnicos-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Rio de Janeiro, 2009.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2013.

Sites

<https://www.pstu.org.br/em-busca-das-origens-da-palavra-camarad/>

Entrevistas

- Fermiano, Francisco, São Carlos - SP, 2013.
- Nunes, Sebastião. São Carlos - SP, 2013.
- Silva, Dirce Felício Gomes da, São Carlos - SP, 2011.
- Silva, Geralda Fermiano. São Carlos - SP, 2010.